

CONTRATO CEDAE N.º **026** /2019 (DFI)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **ORTEB ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE BOMBAS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **ORTEB ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE BOMBAS LTDA**, sediada na Rua General Polidoro, nº 85, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 22280-004, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.552.977/0001-70, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. LEOPOLDINO FRANCISCO ZIMMERMANN, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1795481 (IFP-RJ), inscrito no CPF sob o nº 041.896.477-72, residente e domiciliado na Rua Soldado José Moreira, nº 130, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 22.640-280, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.308/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 369/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Decreto Estadual nº 42.063/2009, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA VERTICAL, DUPLA SUÇÃO E DUPLA VOLUTA"**.

Item	Nomenclatura	Quant. (UM)
01	Bomba vertical dupla sucção e dupla voluta tipo turbina – ponto de operação 6246 m³/h x 81mca.	01
02	Instalação de bomba e motobomba.	01

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **210 (duzentos e dez) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **369/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 44.90.52.21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 143110011
Centro de Custos: DG00040000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000485

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço global, é atribuído o valor total de **R\$ 1.079.000,00** (um milhão e setenta e nove mil).

Item	Nomenclatura	Quant. (UM)	Valor Unit. (R\$)
01	Bomba vertical dupla sucção e dupla voluta tipo turbina – ponto de operação 6246 m³/h x 81mca.	01	1.025.000,00
02	Instalação de bomba e motobomba.	01	54.000,00
TOTAL:			1.079.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 1.079.000,00 (um milhão e setenta e nove mil)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

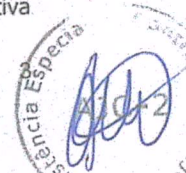
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplimento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, bem como a instalação, a execução do alinhamento a laser e a realização dos procedimentos de partida da bomba, conforme previsto no Termo de Referência, Anexo III do Edital, devidamente atestada(s) pelo(s) agentes(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.



PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

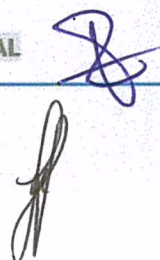
PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO NONO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO



Handwritten signatures and stamps are present at the bottom right of the page. There is a large blue ink signature, a green circular stamp with a tree icon, and a circular official stamp of the 'Assessoria Especial de Contratos da ASJ-DE' with the number '820-2'.

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

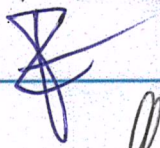
PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

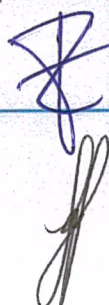
- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".



PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

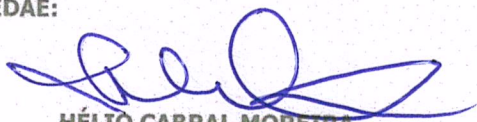
PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

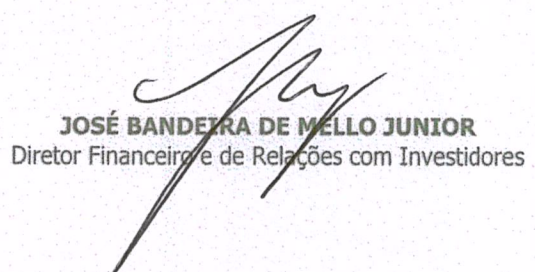
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 05 de Março de 2019.

Pela **CEDAE**:

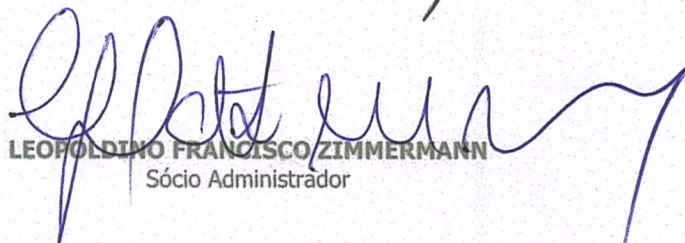


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



LEOPOLDINO FRANCISCO ZIMMERMANN
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-ORTEB-ORGANIZAÇÃO-TÉCNICA-DE-BOMBAS-aquisição-de-bomba-centrífuga-vertical-e-dupla-sucção-PE-369-2018-PLDR



Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SECCG Nº 13 DE 28 DE MARÇO DE 2019

ALTERA O ANEXO DO DECRETO Nº 41.126, DE 09 DE JANEIRO DE 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o Decreto Estadual nº 41.126, de 09 de janeiro de 2008, que aprovou as classificações e codificações das receitas e despesas; e
- o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa no Estado do Rio de Janeiro.

RESOLVE:

Art. 1º - Incluir no Anexo do Decreto nº 41.126, de 09 de janeiro de 2008, a seguinte Natureza de Despesa:

CÓDIGO	TÍTULO	DESCRIÇÃO
3.3.90.33.05	Transporte Agenciado por Aplicativo Customizado	Registra as despesas com serviços de transporte de passageiros, não aberto ao público, solicitados exclusivamente por servidores previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede customizadas para atendimento das necessidades do serviço dos órgãos e das entidades do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019

JOSE LUIS CARDOSO ZAMITH
Secretário de Estado da Casa Civil e Governança

Id: 2171832

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 28 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

EXONERAR, com validade a contar de 25 de março de 2019, LORRANY AZEVEDO DOS SANTOS, ID FUNCIONAL Nº 5099524-3, do cargo em comissão de Secretário II, símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Processo nº E-12/207/1055/2019.

NOMEAR MARCO AURELIO AGUIAR VALENTE, para exercer, com validade a contar de 25 de março de 2019, o cargo em comissão de Secretário II, símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Lorrany Azevedo dos Santos, ID Funcional nº 5099524-3. Processo nº E-12/207/1055/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 18 de março de 2019, JOSE FRANCISCO CHAO CABANAS, ID FUNCIONAL Nº 1907914-1, do cargo em comissão de Auditor, símbolo DAS-7, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEMRJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda. Processo nº E-22/003/151/2019.

NOMEAR MILENA ANTÔNIO NUNES DE SOUZA, para exercer, com validade a contar de 18 de março de 2019, o cargo em comissão de Auditor, símbolo DAS-7, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEMRJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, anteriormente ocupado por Jose Francisco Chao Cabanas, ID Funcional nº 1907914-1. Processo nº E-22/003/151/2019.

NOMEAR GLEYDE DE ALMEIDA TORRES, para exercer, com validade a contar de 18 de março de 2019, o cargo em comissão de Superintendente de Departamento, símbolo DAS-7, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEMRJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, anteriormente ocupado por Michel Salim Saad Neto, ID Funcional nº 5094562-9. Processo nº E-22/003/151/2019.

NOMEAR LUIS AUGUSTO DE CASTRO SOUSA, para exercer, com validade a contar de 18 de março de 2019, o cargo em comissão de Superintendente Regional, símbolo DAS-6, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEMRJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, anteriormente ocupado por Gilza Gomes dos Santos Ramos, ID Funcional nº 5037335-6. Processo nº E-22/003/151/2019.

NOMEAR JOSE FRANCISCO CHAO CABANAS, ID FUNCIONAL Nº 1907914-1, para exercer, com validade a contar de 18 de março de 2019, o cargo em comissão de Superintendente Regional, símbolo DAS-6, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEMRJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, anteriormente ocupado por Guilherme Mulilo, ID Funcional nº 5037490-7. Processo nº E-22/003/151/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 15 de março de 2019, CINDY CRYSTI FERNANDES DE SENA, ID FUNCIONAL Nº 4434551-3, do cargo em comissão de Assistente de Logística II, símbolo DAI-5, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPEMRJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda. Processo nº E-22/003/151/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de abril de 2019, BRUNO FONTES DIAS COELHO, ID FUNCIONAL Nº 5092413-3 do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/499/2019.

EXONERAR GILSON LEOPOLDO TEIXEIRA FEIJÓ JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 5099441-7, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAS-6, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/503/2019.

NOMEAR ALINE LIMA DE MELO GAMA, para exercer, com validade a contar de 25 de março de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Fundação Anita Mantoano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Luana Fernandes Caltran, ID Funcional nº 4274780-5. Processo nº E-18/007/500/2019.

NOMEAR GILSON LEOPOLDO TEIXEIRA FEIJÓ JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 5099441-7, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar, símbolo DAI-5, da Fundação Anita Mantoano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Julia Mello Mendes, ID Funcional nº 5087790-9. Processo nº E-18/007/502/2019.

APOSTILAS DO SECRETÁRIO

DE 28 DE MARÇO DE 2019

ATO DE 25/02/2019 - D.O. DE 26/02/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº E-09/08/101/2019, fica ratificado para MARCELO CELLO HENRIQUE FERREIRA GUIMARÃES, o nome do servidor militar a quem se refere o presente Ato de nomeação, para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado da Polícia Militar, mantidos os demais termos.

ATO DE 25/03/2019 - D.O. DE 26/03/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº E-09/08/101/2019, fica ratificado para MARCELO CELLO HENRIQUE FERREIRA GUIMARÃES, o nome do servidor militar a quem se refere o presente Ato de nomeação, para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado da Polícia Militar, mantidos os demais termos.

Id: 2171914

APOSTILA DO SECRETÁRIO

DE 28 DE MARÇO DE 2019

ATO DE 31.03.2015 - DOERJ DE 06.04.2015 - ALINE LOPES DA CUNHA - NOMEAÇÃO DEFINITIVA DO SERVIDOR NO CARGO DE PROFESSOR DOCENTE I - 30 HORAS, NA DISCIPLINA DE LINGUAGEM PORTUGUESA, DO QUADRO I - PERMANENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - SEDUC.

Com fulcro na delegação de competência estabelecida nos incisos VI e XI do artigo 1º do Decreto estadual nº 40.644/2007, e tendo em vista o trânsito em julgado da decisão judicial proferida pela Vigésima Segunda Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do Mandado de Segurança nº 0042925-21.2014.8.19.0000, e o que consta do Ofício PDEP/COAR/ROB nº 119/2018, esclareço que a nomeação de ALINE LOPES DA CUNHA, de que trata o Ato em epígrafe, deverá ser considerada definitiva, ratificados os termos "em caráter provisório e na condição sub judice" para que passe a constar "em caráter definitivo".

Id: 2171873

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 28 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/207/633/2019 - AUTORIZO à disposição da SD PM RENATA DO AMARAL MAIA DA SILVA, RG nº 90.979, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, consoante os termos do Decreto nº 41.587, de 11 de fevereiro de 2009.

Id: 2171909

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 28 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO E-04/127/42/2019 - AUTORIZO à disposição do servidor PABLO VILLARIM GONÇALVES, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ID 5000317-8, da Secretaria de Estado de Casa Civil e Governança ao Governo do Estado do Paraná, a fim de exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, da Secretaria de Estado de Fazenda, com ônus para o órgão cessionário e pelo período de 11/03/2019 a 31/12/2019.

PROCESSO E-12/207/1091/2019 - AUTORIZO à disposição do Ten PM MARCO ANTONIO COURI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Polícia Militar à Fundação Saude.

PROCESSO E-05/003/46/2019 - AUTORIZO à disposição da servidora LUDMILLA SABACK DE ALMEIDA ROSA, ID Funcional nº 5022837-4, do Quadro de Pessoal da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro - PROCON-RJ, da Secretaria de Estado de Turismo, sem ônus e prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Id: 2171672

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/03/2019

DESIGNA LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo, como Presidente, HELIO DOS SANTOS DEMARIA, Agente Administrativo E e ENNES AVELLAR DA SILVA, Agente Administrativo E, como membros titulares e ANA CLAUDIA PENHA, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato LINCOLN DE BASTOS CURADO NETO, Assessor de Marketing, bem como RODRIGO MARTINS DOS SANTOS, Assessor Executivo, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DAS EDIÇÕES TÉCNICAS OFICIAIS E DOS BOLETINS DE NOTÍCIAS DA CEDAE", de que trata o Processo nº E-07/100.792/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 23.323-00/2019, Revoga O.S. 15.360/2018.

Id: 2171433

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 28/02/2019

DESIGNA CARLOS NEVES FONTES, Técnico de Eletromecânica II, como Presidente, JOAO CARLOS RANGEL DE ABREU, Agente de Saneamento I, RAFAEL CORRÊA BRAGA, Engenheiro B, como membros titulares e HELIO DOS SANTOS DEMARIA, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA, Agente Administrativo F, bem como MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para a "AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA VERTICAL, DUPLA SUÇÃO E DUPLA VOLUTA", de que trata o Processo nº E-07/100.308/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 23.106-00/2019.

Id: 2171422

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/03/2019

DESIGNA HÉLIO MARCOS OSSOLA CORDEIRO, Agente Administrativo E, como Presidente, RICARDO BRITO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo F, LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo, como membros titulares e HELIO DOS SANTOS DEMARIA, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato LINCOLN DE BASTOS CURADO NETO, Assessor de Marketing, bem como RODRIGO MARTINS DOS SANTOS, Assessor Executivo, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM DO SITE CEDAE", de que trata o Processo nº E-07/100.228/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 23.325-00/2019, Revoga O.S. nº 15.165/2018.

Id: 2171434

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/03/2019

DESIGNA LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo, como presidente, DÉBORA ARAUJO DIAS, Analista de Qualidade D, HELIO DOS SANTOS DEMARIA, Agente Administrativo E, como membros titulares e ANA CLAUDIA PENHA, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato LINCOLN DE BASTOS CURADO NETO, Assessor de Marketing, bem como RODRIGO MAR-

TINS DOS SANTOS, Assessor Executivo, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, referente a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E ENTREGA DOMICILIAR DE RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE QUALIDADE DE ÁGUA - DEC. 5.440/2005", de que trata o Processo nº E-07/100.820/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 23.011-01/2019, Revoga O.S. nº 23.011-00/2019.

Id: 2171435

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/03/2019

DESIGNA KAREN RODRIGUES RUSSO, Assessora Especial de Comunicação Social, como Presidente, WALTER SOARES FERREIRA, Assessor de Departamento e LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo, como membros titulares e ENNES AVELLAR DA SILVA, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato LINCOLN DE BASTOS CURADO NETO, Assessor de Marketing, bem como RODRIGO MARTINS DOS SANTOS, Assessor Executivo, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização referente a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS, BALANÇOS E RELATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA DA CEDAE", de que trata o Processo nº E-07/100.247/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 23.324-00/2019, Revoga O.S. 15.131/2018.

Id: 2171457

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/03/2019

PROCESSO Nº E-07/100.269/2018 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 376/2018 (ASL-OP), realizado em 04/01/2019.

Id: 2171442

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA JULGADORA

DESPACHOS DA AUTORIDADE COMPETENTE

DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

DE 25/03/2019

PROCESSO Nº E-15/003/82/2016 - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, DR. DENNER DE BARROS MASCARENHAS BARBOSA - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-15/003/1086/2017 - LMS PEREIRA OLIVEIRA COMERCIAL - OAB/RJ - 95.156.

PROCESSO Nº E-15/003/1046/2017 - MARAMOS CONFEÇÕES LTDA. - OAB/RJ - 210.389.

PROCESSO Nº E-15/003/1037/2017 - PURO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS, DRA. IRACI SOUZA MESQUITA - OAB/RJ - 210.389.

PROCESSO Nº E-15/003/437/2017 - PADARIA E CONFEITARIA NOVA LIBERDADE LTDA. - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-15/003/573/2018 - LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A. - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-15/003/1258/2017 - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, DR. DENNER DE BARROS MASCARENHAS BARBOSA - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-15/003/1252/2017 - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, DR. DENNER DE BARROS MASCARENHAS BARBOSA - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-15/003/1203/2017 - G6 GOURMET RESTAURANTE LTDA. - OAB/RJ - 95.156.

PROCESSO Nº E-15/003/1619/2017 - VIA VAREJO S/A. DR. DENNER DE BARROS MASCARENHAS BARBOSA - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-15/003/1087/2017 - GAP RESTAURANTE E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, DR. RICARDO BRUNO DA SILVA DE CARVALHO - OAB/RJ - 95.156.

PROCESSO Nº E-15/003/1104/2017 - AFG COMÉRCIO ALIMENTÍCIO LTDA. - OAB/RJ - 95.156.

PROCESSO Nº E-15/003/942/2017 - CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. DR. MAURICIO RODRIGUES DOMINGUES - OAB/SP - 175.613.

PROCESSO Nº E-15/003/953/2017 - VIA VAREJO S/A. DR. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - OAB/RJ - 173.524.

PROCESSO Nº E-15/003/1417/2017 - CIA HERING.

NOTIFICAR as empresas supracitadas para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentarem RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos à epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011, ou, em não desejando recorrer, deverão os fornecedores efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2171477

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA JULGADORA

DESPACHOS DA AUTORIDADE COMPETENTE DE

PRIMEIRA INSTÂNCIA

DE 27/03/2019

PROCESSO Nº E-15/003/1190/2017 - MÁRCIO ÔTICA LTDA. - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-15/003/1327/2017 - LE SAC COMERCIAL CENTER COUROUS LTDA. DR. CLAUDIO DE OLIVEIRA PANA - OAB/RJ - 93.035.

PROCESSO Nº E-15/003/101234/2018 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-24/004/2730/2015 - ARW TURISMO LTDA. DR. ASSIS DE MELO E SILVA - OAB/RJ - 18.735. E DR. ANDRÉ DALLALANA - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-24/004/2733/2015 - EMATUR PASSAGENS E TURISMO LTDA. DR. ANDRÉ DALLALANA - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-24/004/2734/2015 - MAR - THA RIO VIAGENS E TURISMO - EPP. DR. ASSIS DE MELO E SILVA - OAB/RJ - 18.735. E DR. ANDRÉ DALLALANA - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-24/004/2731/2015 - NKR VIAGENS E TURISMO LTDA. DR. ASSIS DE MELO E SILVA - OAB/RJ - 18.735. E DR. ANDRÉ DALLALANA - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-15/003/986/2017 - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, DR. DENNER DE BARROS MASCARENHAS BARBOSA - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-12/082/236/2013 - POSSANI ORGANIZAÇÃO E COBRANÇA - OAB/RJ - 220.028.

PROCESSO Nº E-15/003/49/2017 - RAJA DROGARIA LTDA - EPP. - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-15/003/1131/2017 - SABOR DO MAR RESTAURANTE LTDA. - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-15/003/1145/2017 - Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S/A. - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-15/003/1182/2017 - NEW GUADALUPE COMÉRCIO INDUSTRIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ROUPAS ME.

PROCESSO Nº E-15/003/1218/2017 - MOTA JUNIOR MODAS COMÉRCIO DE ROUPAS E CALÇADOS LTDA. - OAB/RJ - 146.132.

PROCESSO Nº E-15/003/1191/2017 - K - ZA CINCO DIMENSÃO PRODUTOS ÓPTICOS LTDA. - OAB/RJ - 146.132.

Notificar as empresas supracitadas para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentarem RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos à epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011, ou, em não desejando recorrer, deverão os fornecedores efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2171478

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOSSecretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 028/2019 (DFI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a ORTEB ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE BOMBAS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA VERTICAL, DUPLA SUÇÃO E DUPLA VOLUTA.
PRAZO: 210 (duzentos e dez) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 1.079.000,00 (um milhão, setenta e nove mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 25/03/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.308/2018 (Pregão Eletrônico nº 369/2018).

Id: 2171424

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo Nº 09 ao Contrato CEDAE nº 004/2016 (DT).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução das obras.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR: Sem alteração do valor contratual.
DATA DE ASSINATURA: 26/03/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.366/2014 (Concorrência Nacional nº 006/2014).

Id: 2171423

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TP Nº 101/2019-ASL-1.1.
OBJETO: REMANEJAMENTO DAS TRAVESSIAS DAS TUBULACÕES DN 500 SOBRE O RIO MUTOONDO.
DIA: 17/04/2019 HORÁRIO: 11:00 h.
LOCAL: Av. Presidente Vargas, 2655 - Térreo - Sala de Licitações.
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.055.276,14.
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², no endereço supramencionado, onde os interessados também poderão obter todas as informações sobre a licitação, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h ou pelos telefones (XX) 21 2332-3836/2332-3828.

Id: 2171429

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 003/2019.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e CELSO COSTA DE MELLO.
OBJETO: Contrato de locação do imóvel situado na Rua Anísio Torres nº 01 - Galpão - Comendador Levy Gasparian - Rio de Janeiro, com matrícula no RGI sob o nº 284, Cartório do Ofício de Registro de Imóveis de Comendador Levy Gasparian - RJ, com área de 390,00 metros quadrados.
PRAZO: 30 (trinta) meses contados a partir de 01/04/2019.
VALOR: R\$ 68.322,50 (sessenta e oito mil trezentos e vinte e dois reais e sessenta centavos).
PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016.
NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.36.16.
NOTA DE EMPENHO: 2019NE01006.
DATA DE ASSINATURA: 20/03/2019.
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.
PROCESSO Nº E-04/172/10042/2018.

Id: 2171260

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD - AFE 08

EDITAL

A AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD, no uso de suas atribuições legais, íntima o contribuinte, abaixo, a comparecer, no prazo de 30 dias, ao Cartório da repartição fiscal, para cumprir as exigências constantes nos autos do respectivo processo administrativo, sob pena de imediata inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário devido.

NOME: MARIA DA SILVA MARTINS
CPF: 552.842.307-44
Processo: E-04/041/1136/2018

Id: 2171204

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD - AFE 08

EDITAL

A AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD, no uso de suas atribuições legais, íntima o contribuinte, abaixo, a comparecer, no prazo de 72 horas, ao Cartório da repartição fiscal, para cumprir as exigências constantes nos autos do respectivo processo administrativo, sob pena de imediata inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário devido.

NOME: WELINGTON DOS ANJOS SILVA
CPF: 011.908.397-33
Processo: E-04/041/1137/2018

Id: 2171205

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD - AFE 08

EDITAL

A AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD, no uso de suas atribuições legais, íntima o contribuinte, abaixo, a comparecer, no prazo de 10 dias, ao Cartório da repartição fiscal, para cumprir as exigências constantes nos autos do respectivo processo administrativo, sob pena de imediata inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário devido.

NOME: CESAR GONÇALVES CAMILO
CPF: 110.711.337-72
Processo: E-04/041/1138/2018

Id: 2171206

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD - AFE 08

EDITAL

O contribuinte, abaixo, fica cientificado da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ITD. O pagamento do crédito

tributário reclamado deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias. Em caso de discordância, o contribuinte poderá apresentar impugnação ao auto de infração, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da publicação deste edital.
O processo administrativo encontra-se à disposição dos interessados no cartório da repartição fiscal, mediante agendamento prévio, exclusivamente pela internet, disponível no site da SEFAZ-RJ (<http://www.fazenda.rj.gov.br>).

NOME: LUCAS CONSTANTINO BETHONICO FORESTI
CPF: 023.720.151-84
Processo: E-04/041/1429/2013
Auto de Infração: 00.918305-4, 00.918306-2, 00.918307-2 e 00.918310-4

Id: 2171207

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR
NOVA IGUAÇU- AFR 35.01

EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 05/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/024/100043/2018, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à AFR 35.01- Nova Iguaçu, Rua Dom Walmar, 383, 3º andar.

dar, Centro, Nova Iguaçu, CEP: 26.215-219, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: EVARISTO ANTONIO LAIDENS
CPF/CNPJ: 645.574.807-72
Endereço: RUA ARISTOTELINA MARIANO DE SOUZA, 71, CERÂMICA - NOVA IGUAÇU-RJ CEP: 26.030-830.

Id: 2171212

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR
NOVA IGUAÇU- AFR 35.01

EDITAL

Em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75 e, tendo em vista o Processo nº E-04/024/100890/2018, fica o contribuinte, abaixo citado, CONVOCADO para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, compareça à AFR 35.01- Nova Iguaçu, Rua Dom Walmar, 383, 3º andar, Centro, Nova Iguaçu, CEP: 26.215-219, para tomar conhecimento de assunto referente ao processo supracitado.

Nome: IVAN CAMPOS DO AMARAL
CPF/CNPJ: 297.389.027-34
Endereço: RUA JULIO FRAGOSO, 47, MADUREIRA, RIO DE JANEIRO, CEP: 21.351-100.

Id: 2171213

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARADISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS AOS RELATORES
MEDIANTE SORTEIO

Aos 03 dias do mês de abril de 2019, às treze horas e trinta minutos, em sessão a ser realizada pela Segunda Câmara deste Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro, serão distribuídos, mediante sorteio realizado pelo(a) Representante da Fazenda presente à respectiva Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSOS DE OFÍCIO	CONTRIBUINTES
73.009	LUA NOVA INDUSTRIA COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
73.082	TINGUA EMPRESA DE MINERACAO E AGUAS LTDA
73.090 e 73.091	CEG RIO S/A
73.103	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A
73.410 e 73.411	C. DUE INDUSTRIA DE MODA LTDA.
73.430	NEWCOMEX DO BRASIL TEXTIS E BAZAR COM. IMPORT E EXPORT LTDA
RECURSOS VOLUNTÁRIOS	CONTRIBUINTES
54.462	RACHEL PRESENTES LTDA
67.545	TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S/A
67.804	CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA
69.547	PETROLEO BRASILEIRO S.A
69.860	LOJAS AMERICANAS S/A
71.179	REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS S.A
72.318	TEST FAR COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA
72.385 e 72.387	CIA SULAMERICANA DE TABACOS
72.613	VULCABRAS DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
72.895, 72.896 e 72.909	ERREGE COMERCIO DE ROUPAS EIRELI
72.982	SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
73.002	JC PROCLEAN COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E COSMETICOS LTDA EPP
73.149	TRELAR - SUL MADEIREIRA EIRELI EPP
73.198	TRANSENA TRANSPORTES LTDA
73.204	IRMÃOS PARANA JATEAMENTO E PINTURA LTDA
73.344	RN COMERCIO VAREJISTA S/A

Id: 2171521

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

“O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria RIOPREVIDÊNCIA nº 345/2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-04/161/10485/2018, torna público que fará realizar às 12:00h, do dia 02/05/2019, na Rua da Quitanda, nº 106 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, em sessão pública a licitação na modalidade CONCOR-

RÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2018, destinada à Permissão de Uso do

imóvel abaixo identificado:

1 - Imóvel situado na Alameda São Boaventura, nº 1005 - Loja 2 -

Fonseca - Niterói - RJ

Situação do Imóvel: Desocupado

Área do Terreno Construída: 76,51m²

Valor mínimo da Taxa de Ocupação Mensal: R\$1.550,00 (hum mil,

quinhentos e cinquenta reais)

O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.rioprevidencia.rj.gov.br ou poderão adquirir cópia na sede do RIOPREVIDÊNCIA, sito à Rua da Quitanda, nº 106,

3º andar, nos dias úteis, no horário das 10h às 17h, mediante permuta de 1 (uma) resma de papel no formato A4, 75g/m². Outras informações sobre a presente licitação através do telefone 2332-5329.

*Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 27/03/2019.

Id: 2171418



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ouvidoria:
0800 285 9796

De 2ª a 6ª feira, das 7h às 19h

ouvidoria@agetransp.rj.gov.br

www.agetransp.rj.gov.br

Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Pedagiadas



www.facebook.com/agetransprj

www.twitter.com/agetransp